

METRÓPOLE, COTIDIANO, ESTADO E TERRITÓRIO: NOTAS SOBRE A (RE)PRODUÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO E SUAS ESCALASMárcio Rufino Silva¹**RESUMO**

Neste texto, apresentamos duas discussões: a extensão do fenômeno metropolitano, tendo como base alguns debates contemporâneos da geografia urbana, e a extensão do Estado como forma social determinada e necessária à composição das cadeias de equivalência, no escopo da (re)produção das relações sociais de produção, conforme acepção de Henri Lefebvre. Ambas discussões se articulam pelo fio da tênue relação entre a realidade metropolitana, suas formas de compreensão e representação (seja pela ciência “desinteressada”, seja pela intervenção estatal, associada aos agentes privados) e a totalidade das formas sociais, econômicas e políticas subjacentes. Desse modo, os trabalhos apresentados no II Seminário da Rede de Estudos Contemporâneos da Baixada Fluminense animaram a seguinte hipótese, a ser desvendada no decorrer deste artigo: a colonização do político pela dimensão do econômico, criando um espaço-tempo necessário à imissão dessas formas (espaços de metropolização, urbanização sem cidades), como uma decorrência da amplificação da crise estrutural do modo capitalista de produção, tendo como anteparo fundamental a colonização e a programação da vida cotidiana.

Palavras-chave: metrópole; escala; Estado; (re)produção; cotidiano.

ABSTRACT

In this paper, we present two arguments: the extent of the metropolitan phenomenon, based on some contemporary discussions of urban geography, and the State's extension as a determined social form and necessary to the composition of the chains of equivalence, in the scope of the (re)production of social relations of production, as defined by Henri Lefebvre. Both discussions are organized by the edge of the tenuous relationship between the metropolitan reality, their ways of understanding and

¹ Docente do Departamento de Geociências (DEGEO), no Instituto de Agronomia (IA) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Mestre e Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Coordenador do grupo “Para uma crítica da Economia Política do Espaço” (UFRRJ) e participante do grupo “Geografia urbana: a vida cotidiana e o urbano” (USP). Email: marciorufis@ufrj.br

representation (either by "disinterested" science, either by state intervention, associated with private actors) and the totality of the social, economic and political underlying forms. Thus, the papers presented at the II Seminário da Rede de Estudos Contemporâneos da Baixada Fluminense enlivened the following hypothesis, to be unveiled in the course of this article: the politics' colonization by the scale of the economic, creating a necessary space-time to the internalization of these forms (spaces of metropolitanization, urbanization without cities), as a result of amplification of the structural crisis of the capitalist mode of production, with the fundamental bulkhead of the colonization and programming of everyday life.

Keywords: metropolis; scale; state; (re)production; everyday life.

PALAVRAS INICIAIS: QUAL A EXTENSÃO DO FENÔMENO METROPOLITANO?

A partir de uma aproximação, na esfera do empírico, propomos (re)compor algumas hipóteses a respeito da produção do espaço e da (re)produção do urbano, tomando como ponto de partida o estatuto das relações sociais de produção no território determinado sob a alcunha "Baixada Fluminense".

Antes de tudo, ainda, cabe demarcar a extensão e os limites dessa territorialidade tão difusa. Muitos autores, pelo menos desde o início do século XX, têm se esmerado em compreender as dinâmicas que competem a esse território. Desde os trabalhos que, pioneiramente, colocam o sentido dessa alcunha nas terras que se estendem das planícies de Campos dos Goytacazes (norte do Estado do Rio de Janeiro) às imediações do município de Mangaratiba (litoral sul do mesmo estado, ou região da "Costa Verde"), até as concepções que demarcam a "Baixada" apenas aos municípios desmembrados, no transcorrer do século XX, do antigo município de Nova Iguaçu (a "Grande Iguaçu"), são múltiplas as representações e as fronteiras a propósito dessa realidade. Ou seja: não se constitui uma tarefa muito fácil, logo de início, demarcar e delimitar o possível "objeto" de uma análise desse contexto. No entanto, essa dificuldade, pela sua própria natureza, já constitui um importante apelo a outras discussões.

Uma delas, a que intentamos propor alguns elementos neste texto, se institui na perspectiva de um “jogo de escalas” (SMITH, 2000). Em outras palavras: qual a extensão do fenômeno metropolitano? E qual o limite, a potência e o alcance das concepções atinentes à regionalização, tanto no escopo de análises e estudos (“acadêmicos” ou não) sobre os lugares e territórios, e dessas concepções, no ínterim da composição das assim chamadas “políticas públicas” e demais esferas de planejamento?

Por fim, este texto recupera as impressões do autor quanto aos trabalhos e pesquisas apresentados nas duas edições do “Seminário da Rede de Estudos Contemporâneos da Baixada Fluminense”, realizadas em 2014 e 2015, na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), *campus* Seropédica. E também almeja levantar e expor outras reflexões, que ainda se encontram em estado de maturação, e que têm se desenvolvido junto ao grupo de pesquisas “Para uma crítica da economia política do espaço”, liderado pelo autor, na mesma universidade e *campus*. Assim, as reflexões a seguir são fruto de aproximações e tensões iniciais entre o “pesquisador” e o seu “objeto” a ser desvendado: o fenômeno metropolitano e as suas dinâmicas, no campo extensivo e intensivo, na vida cotidiana e na (re)produção das relações sociais de produção no mundo moderno.

METROPOLIZAÇÃO DO ESPAÇO: ALCANCES E LIMITES

A metrópole e a realidade metropolitana constituem um dos nexos mais importantes da vida contemporânea. No entanto, para que compreendamos os desdobramentos desse fenômeno, cumpre tecer algumas considerações a respeito do fenômeno urbano, e seu vínculo à mundialidade atual.

Na acepção posta pelo filósofo/sociólogo francês Henri Lefebvre, a “sociedade urbana” é posta como uma virtualidade, uma possibilidade concreta diante do desenvolvimento das forças produtivas globais. Seguindo o raciocínio do pensador, a

cidade é uma forma advinda da história e, por essa razão, antecede em séculos o modo de produção capitalista. No entanto, dado que o processo de industrialização dominou e absorveu a atividade agrícola, torna-se mister considerar que “a sociedade urbana só pode ser concebida ao final de um processo no curso do qual *explodem* as antigas formas urbanas, herdadas de transformações *descontínuas*”, (LEFEBVRE, 2008 [1970], p. 12) e que a relação entre as continuidades e discontinuidades ensejam a necessidade de um quadro teórico suficiente à elucidação dos termos dessa relação. Dito de outro modo: para além das “ciências especializadas”, dentre as quais o autor destaca a sociologia, a economia política, a história, a geografia humana, o urbanismo, entre outras, que se aprimoravam na arte de caracterizar a “nossa” sociedade, a concepção de “sociedade urbana” aparece em uma perspectiva metadisciplinar, vislumbrando uma totalidade. Assim, essa hipótese guarda uma grande potência, que pode ser posta à prova no desvendamento da natureza do fenômeno metropolitano em seus termos gerais.

Se parece haver uma direção do processo de urbanização ao domínio da sociedade inteira, compondo formas qualitativamente novas, no decorrer do século XX, em vários países e territórios mundo afora (subúrbios, conjuntos residenciais, complexos industriais, favelas, aglomerados satélites), o processo intitulado “implosão-explosão” da cidade corroe os resíduos da vida agrária, colonizou cidades pequenas e médias à metrópole e instituiu a necessidade de pensarmos tal realidade segundo os termos de sua efetividade concreta e material. Para Lefebvre,

[...] a essa pesquisa, a essa elaboração, associam-se procedimentos de *método*. Por exemplo, a pesquisa concernente a um *objeto virtual*, para defini-lo e realiza-lo a partir de um projeto, já tem um nome. Ao lado dos procedimentos e operações clássicas, a *dedução* e a *indução*, há a *transdução* (reflexão sobre o objeto possível). (2008, p. 16, grifos do autor)

No esteio dessa hipótese teórica e do “objeto possível”, assim, cumpre expor determinadas leituras a respeito do fenômeno metropolitano, em seu aspecto contemporâneo, tomando como base a realidade brasileira. Que leituras trazem os atuais estudos a respeito das metrópoles no Brasil? Qual a extensão desse fenômeno em nosso país, e qual o lugar possível da “Baixada Fluminense” nesse contexto?

Apresentamos, a seguir, duas leituras possíveis a propósito do fenômeno metropolitano.

Na obra “Desafios da metropolização do espaço” (2015), os professores Álvaro Ferreira, João Rua e Regina Célia de Mattos, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, reúnem artigos e demais contribuições apresentadas no *II Simpósio sobre Metropolização do Espaço, Gestão Territorial e Relações Urbano-Rurais*, realizado em novembro de 2014. Os quase trinta capítulos da obra correspondem a importantes debates sobre teoria e método, economia urbana, cidades médias, reestruturação imobiliária, mobilidade urbana, gestão e planejamento territorial, territórios de contenção, relações entre o rural e o urbano, meio ambiente urbano, mobilidade do trabalho etc. Enfim, uma multiplicidade de olhares que bem introduzem o teor de significativa parcela das discussões, debates e práticas que permeiam a vida metropolitana atual.

A concepção de “metropolização do espaço”, que não é nem um pouco fortuita, atenta para a premissa de que há uma passagem do fenômeno urbano (vinculado à industrialização) ao fenômeno metropolitano (vinculado à desindustrialização, à desconcentração e à “explosão” da metrópole). Desse modo, tanto as perspectivas de concepção e planejamento urbano-territorial quanto as relações entre o rural e o urbano devem se inscrever na lógica de expansão dos códigos, signos, representações e realidades metropolitanas para muito além do tecido urbano fenomenicamente posto como o corpo “metropolitano”. Em outras palavras, a metrópole, como forma e conteúdo das relações sociais de produção, parece se estender para muito além dos territórios tradicionalmente alcunhados enquanto tal. Daí, ao menos, a necessidade de tensionamento quanto à ideia de metrópole e *região metropolitana*.

Um pouco adiante, os autores trazem à baila algumas consequências práticas da extensão dessa metropolização a todos os lugares. Desde a incorporação das cidades médias e pequenas a esse circuito, passando pelas transformações observadas na dinâmica dos preços e valores do solo urbano (incrementando o processo de valorização da terra) e seu corolário na transfiguração das formas da propriedade,

caracterizam-se novas realidades e conceitos quanto ao novo momento da metropolização: cidade difusa, cidade dispersa, cidade-região, cidade ilimitada, hipercidade, megacidade etc. (2015, pp. 16-17). Desse modo, cabe discernir alguns desses aspectos, em sua peculiaridade concreta e no esteio de sua trama teórico-analítica.

No campo teórico-metodológico, uma das hipóteses que mais chamam a atenção na referida coletânea trata da “metropolização do espaço” na perspectiva da constituição de “nebulosas urbanas” (2015, p. 35), conforme acepção da Profa. Sandra Lencioni. De que se tratam essas “nebulosas”? Para a autora,

A par dessas características gerais que se apreende de imediato a qualquer observador, muitas cidades estão enredadas em imensos aglomerados urbanos que formam verdadeiras nebulosas urbanas. Como nebulosas, esses aglomerados apresentam uma forma difusa com tendência à condensação. [...] Sua natureza, como nebulosa urbana, é de esgarçamento, de múltiplas porosidades e de descontinuidades diante da volatilidade que lhe é inerente. [...] As grandes aglomerações urbanas, num *continuum* difuso, revelam um alto grau de integração devido aos fluxos de diversas naturezas e densidades que aí se entrecruzam e se adensam. Nessas aglomerações urbanas difusas importantes metrópoles e cidades se evidenciam e em todo o aglomerado pairam os signos metropolitanos, onde quer que se esteja [...]. Em suma, a olhos vistos, impõem-se sobre tudo e sobre todos, os signos metropolitanos. (LENCIONI, 2015, pp. 35-36)

Conforme podemos observar na citação acima, a concepção referente à “nebulosa urbana” se inscreve em algumas perspectivas fundamentais, das quais podemos destacar ao menos duas: a *extensividade horizontal* do fenômeno metropolitano, pautado por uma lógica social determinada, modos de vida, representações culturais e de outras ordens, as formas da propriedade e os circuitos estendidos da economia urbana em direção às “urbanidades” no meio “rural”, entre outras características, e a possibilidade de *integração territorial*, dada pela frequência e realidade postas a partir dos *fluxos* entre as localidades inseridas nas “nebulosas”. Depreendemos daí, desse modo, que a extensão do mundo metropolitano conduziria a um alcance inédito nas tramas da vida cotidiana: seria possível pensar no espectro

vivido da coalescência entre as duas maiores metrópoles do Brasil (Rio de Janeiro e São Paulo), por exemplo? Ou seja: territórios pontilhados por condomínios fechados, centros comerciais, favelas, loteamentos dispersos, pautados por uma dinâmica metropolitana que se estende, ao menos, em uma distância linear de 500 a 600 quilômetros... Outros elementos são expostos a seguir.

Apontando a metropolização como a “segunda natureza da urbanização”, ou ainda como a expressão da “lógica do capital financeiro”, em contraposição à “lógica do capital industrial”, típica da “lógica do urbano” de antanho, a autora aponta a metáfora da orquestra: “[...] um campo atrasado em técnicas, inserção no mercado e com parques investimentos de capital” se constituiriam como uma “pausa numa música”, fazendo parte da lógica atual, “tanto quanto um campo vinculado ao *agrobusiness*” (2015, p. 38). Outra característica muito importante dessa análise: constatar a insuficiência teórica e prática do paradigma dos “territórios de exclusão”, como se a pobreza ou o atraso relativo nas condições materiais ou relações sociais, econômicas e políticas se pusessem em um espectro absoluto. Em oposição ao paradigma da “exclusão social”, outras concepções se apresentam, como a “inclusão perversa” (Milton Santos), a qual, embora traga uma potência conceitual, ainda padeça de um tom moral, uma espécie de um juízo de valor precedendo a análise da situação.

Cabe apontar, aqui, um último aspecto da contribuição da autora. Expondo a gênese e os fundamentos da concepção de “megalópole”, desde a sua criação original pelo geógrafo Jean Gottmann, em 1962, até o seu auge nos vinte anos posteriores (constituindo-se um paradigma nos estudos referentes à relação entre o espaço urbano e a sociedade), e a sua ulterior banalização e ostracismo, nas décadas de 1980 e 1990, Lencioni traça um interessante caminho dos estudos sobre o fenômeno metropolitano e o seu espraiamento para além dos núcleos urbanos originais. Cumpre destacar a visão difundida por Gottmann a respeito da megalópole: “[...] várias centralidades definidas pelo desempenho de determinadas funções urbanas em alguns lugares, quer estejam longe ou perto do principal núcleo urbano” (LENCIONI, 2015, p. 49). Desse modo, a megalópole se fundaria, na concepção da autora, na relação entre

a constituição do urbano e o desenvolvimento não de uma grande cidade aglomerada, mas de uma “nebulosa urbana”.

O alegado “ostracismo” da concepção de megalópole, após o seu reiterado sucesso nas décadas de 1960 e 1970, coincidem com uma profunda revisão teórico-metodológica e conceitual nas ciências sociais e humanas nas duas décadas seguintes. A crise urbana, que passa a ser lida como uma expressão necessária da crise econômica, social e política daquela sociedade pautada nos moldes fordistas, nos países centrais, traz à baila concepções pautadas no materialismo histórico-dialético. Discute-se e entranha-se, a partir de então, concepções como “espaço social”, “totalidade contraditória”, “modo de produção”, “relações sociais de produção”, entre outras vertentes pautadas na contribuição da obra de Karl Marx no desvendamento do mundo moderno. Além disso, a própria crise do processo de industrialização, nos moldes dos “trinta anos gloriosos”, ensejou uma larga sorte de reestruturações produtivas em variados níveis e escalas, trazendo à tona uma necessidade de apreensão da natureza do novo momento da reprodução social em escala global: neoliberalismo, financeirização da economia e o processo de “globalização”. Daí, para a autora, a emergência de uma “sociedade urbana sem cidades”, como “regiões urbanas difusas, onde se desenvolve uma sociabilidade insociável” (2015, p. 56) passa a se configurar na mais recente tônica do processo de metropolização do espaço. Assim, a leitura proposta para o eixo Rio de Janeiro-São Paulo não seria mais o de “megalópole”, mas o de “megarregião”, algo mais adequado à compreensão do processo em sua totalidade, no esteio de uma sociedade pretensamente “pós-industrial”. E o mais importante: antevendo um salto de escalas, a própria competição entre as megarregiões não ocorre mais em uma escala nacional; a partir de agora, a escala é global. A mundialidade do capital se abre no esteio da “competição” entre os lugares, lidos agora como “megarregiões” nascidas do esteio do salto qualitativo das metrópoles em megalópoles, e sua posterior conformação.

Ainda no esteio da relação necessária entre o fenômeno metropolitano e a mundialidade do processo de acumulação, cabe mencionar a importante contribuição de Flávia Elaine Martins, em sua tese de doutorado, intitulada “A (re)produção social

da escala metropolitana” (2011). Neste texto, a autora se propõe a analisar o estatuto lógico e histórico dessa reprodução, compreendendo um estudo a respeito da abertura de capitais das incorporadoras e o endividamento imobiliário urbano, tendo como “recorte” espacial a cidade de São Paulo. Nesse intento, foi feita uma análise a respeito dos leilões de imóveis ocasionados pela inadimplência de seus mutuários, compreendendo a perspectiva do aumento do endividamento atrelado ao “[...] desemprego e rebaixamento dos níveis de renda nas metrópoles” (MARTINS, 2011, p. 2).

Além dessas concepções levantadas, buscou-se compreender o estatuto do “[...] envolvimento do trabalho futuro no pagamento das rendas”, em especial o “capital financeiro adiantado, portador de capital fictício” e a sua implicação aos “ritmos específicos ao modo de vida urbano”. A esse respeito:

Por meio da ritmanálise, buscamos compreender como o endividamento organiza no tempo e no espaço a exploração pelo trabalho, administrada de forma crítica pelo trabalhador/morador em situação de desemprego.” (2011, p. 4)

A *ritmanálise* constitui-se um privilegiado instrumento de pesquisa, apontado por Henri Lefebvre, que se constitui, basicamente, em um estudo das “[...] interferências complexas entre os ritmos cíclicos e ritmos lineares”, ou ainda nos termos a seguir:

Para apreender e analisar os ritmos, é necessário sair deles, mas não completamente: seja por uma enfermidade ou por uma técnica. Uma certa exterioridade permite funcionar o intelecto analítico. Entretanto, para apreender um ritmo, é necessário ter sido apreendido por ele; é necessário se deixar levar, se doar, abandonar-se à sua duração. Como em uma música, na aprendizagem de uma língua. (LEFEBVRE, 1992, pp. 41-42).

Desse modo, a compreensão dos ritmos da acumulação, em sua relação mútua, íntima e até mesmo indissociável aos ritmos da vida cotidiana torna-se importante na elucidação da extensividade do fenômeno metropolitano. Essa extensividade, conforme apontamos páginas atrás, se reveste no próprio ritmo de “generalização do crédito”, compondo a particularidade das metrópoles brasileiras, “portadoras de uma história que contém a colonização, incluindo a escravidão, em seus conteúdos” (MARTINS, 2011, p. 7). Considerando esse plano fundamental de análise, a

concentração dos capitais e sua associação às incorporadoras, no plano da produção do imobiliário urbano, sugerem uma expansão incontestada da produção massiva de novas casas, apartamentos e lotes, bem como a expansão amplificada dos estoques de bancos de terras, dificultando tanto o acesso dos mais pobres à habitação quanto o “acesso de empresas menores à produção de habitação em escalas menores”. Todo esse processo, inscrito em uma crise estrutural do modo capitalista de produção, impõe um encarecimento no preço da terra e, conseqüentemente, dos produtos imobiliários a serem realizados enquanto produção de valor adicionado.

Desse modo, em que consiste, exatamente, a amplificação das escalas metropolitanas? A generalização da dívida, figura cada vez mais presente a partir do rebaixamento dos salários e o incremento dos preços, igualmente com a expansão das formas de securitização dos contratos de compra e venda de imóveis (seguros em geral, alienação fiduciária como possibilidade etc.), coincide com a “subordinação do trabalhador [...] aos ritmos de valorização e desvalorização do imóvel frente à produção urbana do espaço”, que se mesclam aos “ritmos de valorização fictícia do capital, em sua condição de mundialização financeira” (MARTINS, 2011, p. 73). E, ademais, a extensão das “escalas metropolitanas” como um expediente dos negócios operados pelas incorporadoras de capitais abertos ao estrangeiro, a partir de 2005-2006, conduz essas estratégias a municípios cada vez mais distantes das “regiões metropolitanas”, atingindo cidades médias e pequenas, produzindo escalas nacionais de forma análoga à produção das periferias metropolitanas. Cabe destacar, ainda, a extensão do estatuto das políticas públicas voltadas para áreas metropolitanas, como “outorgas onerosas” e “operações urbanas”, no ordenamento político-jurídico de diversos municípios do Brasil, tornando tais municípios “[...] metrópoles em potencial, na forma de negociar e produzir o espaço urbano, independentemente de seu tamanho” (2011, p. 156).

Desse modo, podemos tecer a hipótese de que a extensão da condição metropolitana, ou ainda dos assim chamados “espaços de metropolização”, se põem em um contexto inscrito na ótica de uma economia cada vez mais crítica, cujos rebatimentos no esteio da política e da sociedade acompanham a tentativa crescente

de absorção dessas rendas em potencial. Ou seja: é possível considerar, aqui, que a metropolização, enquanto processo e tendência, se coloca em um estágio posterior, um salto qualitativo em relação ao processo de urbanização. As “cidades sem urbanização”, as “nebulosas urbanas” ou a “extensão das escalas metropolitanas” constituem-se como importantes figuras analíticas no desvendamento da natureza do próprio processo de urbanização em seu estágio contemporâneo. E mais: dado o crítico dessa economia cada vez mais ficcionalizada, sedenta por novos lastros e rendas possíveis, a análise da natureza e da realidade implicada à propriedade privada da terra e ao universo do trabalho tornam-se fundamentais no desvendamento das novas formas e funções atinentes à reprodução dessa sociedade urbanizada ou ainda metropolizada. A hipótese encontra-se aberta.

ESTADO, POLÍTICA E COTIDIANO: TERRITÓRIOS ECONOMIZADOS

A partir das duas edições do Seminário da Rede de Estudos Contemporâneos da Baixada Fluminense, foi possível perceber que os trabalhos e estudos expostos caminhavam, a partir de variados temas, para direções mais ou menos em comum: espaço, economia, sociedade, consumo, trabalho etc. No entanto, chamou muito a atenção um aspecto que permeava a diversidade dessas proposições: a relação entre o Estado e a sociedade. Mais ainda: o Estado, a política e o cotidiano.

Assim, de modo a propor um feixe possível de disposições e novos debates, apresentamos algumas importantes concepções a respeito do Estado, que podem iluminar essas discussões. Para começar, um salto entre o objetivo e o subjetivo: o Estado inconsciente.

O Estado é o inconsciente. Essa fórmula não visa renovar nem a psicanálise nem a “ciência” política. Ela pretende somente explicitar um estado de alma, uma exacerbação irreversível diante do discurso político saturado do eleitoralismo, diante dos jogos cada vez mais delirantes da política institucional, diante da curvatura que a política imprime em nossa percepção, nossos sentimentos, nossas reflexões e nossos sonhos. [...] Nem a psicanálise e nem a ciência política se questionam sobre a legitimidade do Estado. Para a primeira, ela é tão

insignificante quanto a indústria do móvel na qual o psicanalista procurou seu material: poltrona e divã [...]. Para a segunda, o Estado é como Deus para a teologia: pode-se percorrer milhares de páginas sem que se ponha em questão em momento algum a sua necessidade. (LOURAU, 1978, pp. 17-23)

Apesar desse duro diagnóstico, René Lourau, páginas adiante, relata o quanto as outras áreas do conhecimento, em especial a sociologia e a etnologia, haviam despertado o interesse na análise das funções e da própria legitimidade do Estado. Citando a contribuição de Pierre Clastres, em “A sociedade contra o Estado”, Lourau afirmava que “[...] a estratégia antipoder (coercitivo), longe de ser a marca de um subdesenvolvimento econômico ao qual se indica a significação, nada tem de inconsciente”. Ao contrário, tal processo seria “a consciência do processo antiestatista, a luta contra o inconsciente estatista”, pois “a fundação do Estado está no horizonte das sociedades que ele estuda” (1978, p. 25).

Outro debate que se mescla às concepções do autor a propósito do Estado inscreve-se no processo de institucionalização. Na perspectiva de Lourau, “a instituição não é nem uma ‘coisa’ (versão sociologista) nem um fantasma (versão psicologista), mas um processo”, que consistiria no “movimento das forças históricas, fazendo e desfazendo as formas”. Assim, no movimento da história, se “o momento do instituinte sempre esteve provido de forte potencialidade dinâmica, e se o instituído corresponde ao resultado de uma estabilização”, conclui-se que “o momento de institucionalização indica uma fase ativa de estabilização”. Desse modo, na esfera da política, “a institucionalização é o conteúdo do reformismo, oposto ao revolucionarismo do instituinte e ao conservadorismo do instituído” (1978, p. 69). Essas acepções nos transportam a uma instigante tese, que se alarga a partir da crítica da economia política levada a cabo por Karl Marx: a lógica da equivalência se amplifica ao largo da política, para além da equivalência posta na forma valor. Segundo Lourau:

O princípio da equivalência, alargado a todas as formas sociais, significa que o estatista, potência de legitimação da instituição e ao mesmo tempo resultado de todas as legitimações institucionais, é o que dirige toda a vida social, toda a inovação, todo movimento e, frequentemente, toda a ação revolucionária, de modo que as novas forças sociais deem à luz a formas equivalentes às formas atuais, no quadro de equilíbrios instáveis, evolutivos ou regressivos, mas

sempre definidos pela existência sagrada de um Estado, como garantia metafísica social. (1978, p. 82)

O Estado como metafísica: talvez esse ponto de vista, anunciado a partir das considerações do autor a respeito da persistência do modo de produção capitalista na passagem do paradigma fordista ao pós-fordista, ilumine o tempo presente quanto às continuidades e descontinuidades verificadas no corpo estatal e na forma do planejamento. Todos vivemos o Estado, e todos requeremos a institucionalização. O embate perpétuo entre o instituinte e o instituído, no interior das contradições que fazem mover a história, além de produzirem e reproduzirem espaço, (re)produz a dimensão do político a esse nível, como simples forma de equivalência. A política, dessa maneira, constitui uma “mercadoria política”, negociável segundo as exigências momentâneas do “mercado” alargado a todas as esferas da vida humana. Matar ou morrer, dominar ou ser dominado, exercer a força ou tombar diante da força alheia, do grupo opositor, fazem parte da binarização da vida. E o Estado se coloca como o grande fiador das cadeias dessa equivalência, mesmo no contexto do paradigma neoliberal que apregoa um Estado “mínimo” e uma acumulação desregulamentada. Os grupos armados, para aquém e para além do alegado “monopólio da violência” do Estado, estão Rio de Janeiro, Baixada, Brasil e mundo afora para demonstrarem essas hipóteses.

Na obra intitulada “Do Estado”, publicada em quatro volumes, entre 1976 e 1978, Henri Lefebvre dialoga com os pressupostos levantados por René Lourau, ao tomar a lógica da equivalência e a sua operacionalização por intermédio da institucionalização da política. Aliás, a própria *lógica*, enquanto tal, é posta em questão no pensamento lefebvreano: segundo o autor, “a lógica nada tem de inocente”, e ela não serve ao “puro” pensamento, conforme determinada “ilusão filosófica”, mas ao puro e simples estabelecido, ao *status quo*. De que modo? “A inocência, a neutralidade e a objetividade da lógica se erguem da ideologia mais astuciosa”, seguindo-se que “o poder político que se serve da lógica não tem necessidade da consciência filosófica” (LEFEBVRE, 1978, pp. 64-65). Alguns anos antes, em seu diálogo crítico com a “lógica” e a “coerência”, em sua relação com o Estado, o mesmo autor afirmava, em “Posição: contra os tecnocratas”:

Entre o grande público acredita-se que os tecnocratas fazem reinar a técnica “pura”. A pretensa tecnocracia não é tão nociva por sua ação real como pela sua imagem que ela mesma dá à sociedade. Segundo esta imagem, a racionalidade social, enfim madura, já impera ou vai imperar dentro em breve. Esta crença muito difundida na opinião “pública” resulta de uma propaganda: é uma ideologia. Esta ideologia é o produto mental da tecnocracia, sua justificação, a compensação de sua impotência e de sua incapacidade, sua contribuição real à ação do poder. Os pretensos tecnocratas, segundo normas fixadas longe deles e por razões que nada têm a ver com a técnica, dispõem as cidades, os territórios, a circulação, as comunicações, o consumo. Acima de uma enorme incoerência desdobra-se uma ideologia da coerência (do sistema) que tem por base apenas uma semi-planificação econômica incerta de seus objetivos e de seus meios. A ideologia da racionalidade tecnicista oculta a não aplicação da técnica à vida prática. Sua pretensa racionalidade tende a coincidir com o absurdo. Uma certa sociologia muito contribuiu para que se acreditassem nos mitos, isto é, na ideologia da tecnocracia. (1969 [1967], pp. 16-17)

A técnica (o ordenamento e o lógico) como prática e o tecnicismo como ideologia, a tecnocracia como postura política, e o Estado na operação necessária das cadeias de equivalência, e tudo isso ao posto de uma sociedade que se embevecia ao tilintar das taças da felicidade programada. A programação da vida cotidiana se torna possível com a extensão do mundo da mercadoria e das formas da acumulação para os recônditos mais íntimos da vida humana. As massas nutridas pelas “camadas geológicas de mercadorias” (DEBORD, 2003 [1967]) são as mesmas que vivem a fragmentação, no espaço e no tempo, de suas possibilidades e riquezas: a pobreza da “sociedade burocrática do consumo dirigido” (conforme Lefebvre nomeava essa “gorda” e “satisfeita” sociedade inserida no assim chamado “Estado de bem-estar social”), no esteio do “espetacular difuso” (acepção de Guy Debord) perfazem o modelo de vida e de sociedade, a ser seguido e copiado, no plano da idealidade, por toda e qualquer civilização que almeja o “desenvolvimento” social e econômico. A receita da felicidade para os países “excluídos” e “subdesenvolvidos”, trazida das brumas da segunda metade do século XX e constituindo um macaqueamento de gosto duvidoso no esteio da economia ficcionalizada do início do século XXI. Tornado imagem ou representação, esse “modo de vida” fastidioso baseado na falsa abundância, devidamente controlada pelos mecanismos espetaculares da economia política no esteio de sua repartição das misérias, se aloca ao *mass media* e à “indústria

cultural”, que vende e revende arrotos de estandartes estadunidenses estampados em camisetas e bolsas das ruas apinhadas de miséria material e imaterial dos caóticos centros urbanos brasileiros. Se o “*american way of life*” segue “*cool*” neste triste início de século XXI, longe demais da promessa fordista de euforia ilimitada pelo emprego, trabalho, renda e consumo, é porque a imagem e a representação de fato superam a crítica e dura realidade de um mundo que fabrica pobreza e desemprego aos borbotões. E o antiamericanismo, em tempos de “golpes suaves”, se equivale a uma mercadoria tão banal quanto o sonho de uma visita à Disneylândia.

No final do século XX, tanto Henri Lefebvre quanto Guy Debord apostavam na dialética, tendo-a como o campo do embate necessário ao reino da lógica formal. Seguindo fielmente a perspectiva aberta por Marx nos estertores da Primeira Revolução Industrial, ambos autores advogavam que a classe trabalhadora, como elemento revolucionário privilegiado, forjado na dureza do desenvolvimento global das forças produtivas, seria portadora dessa nova ordem em construção. Mais especificamente, compreendendo que tais forças produtivas se colocavam no campo da espacialidade (urbanização, contradições centro-periferia, metropolização, cotidiano programado, mundialização da economia), mais do que a clássica temporalidade do processo de acumulação (colonialismo, imperialismo, assalariamento, acumulação primitiva etc.), consideravam que o momento atual requereria maior atenção aos movimentos calcados na diferença. As suas obras publicadas entre 1966 e 1973 carregavam ainda mais as tintas nessa possibilidade: as fissuras no sistema o tornam mais e mais frágil, não escapando à fundamental dialética.

O que verificamos hoje, após décadas de neoliberalismo e o incremento das esferas daquelas contradições ao mundo inteiro (costumeiramente lido como “crescimento econômico”, “incremento dos investimentos estrangeiros diretos” ou ainda “crescimento do comércio internacional”), é que os riscos de uma hecatombe generalizada possivelmente tenham recrudescido. A assim chamada “crise de 2008” atravessa incólume a segunda década do século, e sugere reordenamentos geopolíticos severos, como a violenta reincorporação da América Latina à esfera

imediate de influência dos Estados Unidos, na perspectiva de enfraquecimento ou mesmo destruição do paradigma dos BRICS e das alianças entre os países do Sul.

Para além ou aquém de um pensamento apocalíptico ou sensacionalista, a mundialidade do confuso primeiro quartil do século XXI oferece sinais igualmente confusos quanto às possibilidades de um processo revolucionário em escala mundial, com vistas à constituição de uma ordem social radicalmente nova. Explicando: elementos pouco relevantes ou mesmo inexistentes no terceiro quartil do século XX parecem tomar conta das paisagens sociais, econômicas e políticas do mundo contemporâneo; temos, como exemplos privilegiados, o incremento dos fundamentalismos (o religioso, fazendo povos inteiros sentirem um amargo gosto da Idade Média europeia, e o mercadológico, retirando as peias e os pudores dos “agentes” do mercado econômico e do mercado da política) e a xenofobia, que ousa atravessar as fronteiras do Oceano Atlântico (a partir da Europa) e da linha do Equador (a partir dos Estados Unidos e Canadá), e aportar em terras brasileiras, com direito a espancamentos diuturnos de imigrantes estrangeiros em certas ruas brasileiras. Em um mundo eivado de formas cada vez mais potentes de atomização e individualismos (todos competem com todos) e da (falsa) comunicação, que inclui a não-comunicação amplificada (via “redes sociais” cibernéticas), os lugares só podem constituir-se como a emanção doentia desse modo de produção em seu pleno desmoronamento.

Assim, considerando esse quadro deveras sombrio e confuso da mundialidade contemporânea, compreendendo as formas acima elencadas, cabe destacar que a metrópole carioca-fluminense bem que expressa em seus termos locais esses condicionantes. Um exemplo do próprio Seminário: desde os trabalhos que expuseram as “reconfigurações” do território ocupado pela “Baixada Fluminense” (novas estruturas industriais e de serviços, bem como o incremento do mercado imobiliário em determinadas centralidades), enfatizando a instalação dos novos equipamentos de consumo (especialmente o comércio de varejo) e o alcance de seu signo social (as cidades mais periféricas que recebem as “grandes” cadeias de “fast food” ou filiais de lojas “conceituadas”), até as migrações pendulares ocasionadas pelas dinâmicas do mundo do trabalho (grandes distâncias percorridas, por um contingente crescente de

trabalhadores e estudantes, por exemplo) e as chacinas (o “mercado” e a “mercadoria” políticas do narcotráfico), os trabalhos expuseram uma riqueza factual e analítica atinente a esse território. E foram essas riquezas as provocadoras maiores do ensaio que traz essas reflexões para o campo analítico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta contribuição intentou trazer à tona ao menos duas discussões, inspiradas a partir dos trabalhos e temas apresentados nos Seminários da Rede de Estudos Contemporâneos da Baixada Fluminense: a *primeira*, expressa no debate do alcance efetivo da metrópole e do fenômeno de metropolização, como um expediente analítico necessário ao desvendamento do mundo contemporâneo, em seus condicionantes mais importantes; a *segunda*, a partir de uma reflexão sobre o sentido do Estado e sua emersão na vida cotidiana, compondo uma sorte de representações a respeito de suas funções no escopo social.

Além desses dois objetivos listados acima, lançar a problemática da extensão da metrópole como a extensão das esferas da contradição, expressas na *extensividade* do cotidiano programado: o universo da economia política tornada absoluta, do consumo e consumismo como ideologia, da política como forma de equivalência e reiteração da forma da mercadoria aos domínios da vida, dos fundamentalismos (religioso e mercadológico) como cimentos necessários à sustentação de um *status quo* em pleno processo de desmoronamento e da crise vivida, percebida e concebida nessas esferas apresentadas. Porém, a extensão da metrópole e a metropolização a todos os espaços ainda permanece uma hipótese a ser muito desvendada e posta à prova. Mas, ainda assim, é tentador observar o quanto a pontuação de morfologias “tipicamente” metropolitanas estendendo-se para além dos núcleos e/ou regiões metropolitanas (condomínios fechados, centros de consumo, favelas, loteamentos dispersos de baixa renda e demais “bolsões de pobreza”, fluxos pendulares diários ou

semanais, urbanidades no rural etc.), bem como os ritmos e as formas também metropolitanas (novas estratégias das incorporadoras, banco de terras, financeirização, ciclos de endividamento, legislação metropolitana em municípios pequenos e médios etc.), perfazem esse interessante salto de escalas.

Sejam as “nebulosas urbanas”, sejam os “espaços” ou ainda “escalas de metropolização”, seja a metafísica do Estado e da economia política, o traço fundante da vida cotidiana como nível privilegiado de análise se coloca como urgência e necessidade. Na verdade, trata-se da *crítica* da vida cotidiana, nos termos aventados por Henri Lefebvre, que mantém uma incômoda atualidade na cibernética e inquieta década de 2010, de tal modo que as antigas tabelas e contas matemáticas do velho Karl Marx para demonstrar a queda tendencial das taxas de lucro, na bem distante década de 1850, e as discussões sobre o capital fictício, na igualmente distante década posterior. Partimos do pressuposto de que a modernidade, mesmo em seu processo de esfacelamento e desmoronamento, guarda notória relação com esses momentos tão túrbidos que vivemos ultimamente.

Para encerrar, cabe apontar a possibilidade aberta a partir da sociedade urbana, em processo de gestação (ainda não desistimos dessa hipótese):

Tudo muda. Tudo se torna. Não há permanente que escape ao tempo. Nada é absolutamente durável. A Cidade Antiga, a Cidade Moderna e o Urbano não se encontram apartados do Devir. Nem os movimentos parciais: o mundo se torna o nosso mundo; mas o devir difere segundo as suas escalas, dimensões e ritmos. O devir tem leis e podem ser analisadas: mesmo *relativas*, existem ritmos lentos e ritmos rápidos. Dessa forma, o nascimento e o desenvolvimento. Do mesmo modo, existe tática e estratégia: tática no imediato e o atual rápido; a ação – estratégia lenta a longo, médio ou curto prazo. Tudo o que existe muda, porém desigualmente; as formas duram mais que os conteúdos e resistem ao tempo, ainda que elas se dissolvam e acabem – como tudo neste mundo! O urbano, forma atual da simultaneidade, do encontro e da unidade, interroga-nos às vezes sobre a forma e sobre o conteúdo... (LEFEBVRE, 1986, pp. 172-173)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. 1ª ed. 4ª reimpr. São Paulo: Contraponto, 2003 [1967].

FERREIRA, Álvaro; RUA, João; MATTOS, Regina Célia de. (org.) *Desafios da metropolização do espaço*. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. 3ª reimpr. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008 [1970].

LEFEBVRE, Henri. De l'État – 4. *Les contradictions de l'État moderne*. La dialectique et/de l'État. Paris : Union Générale d'Éditions, 1978.

LEFEBVRE, Henri. *Éléments de rythmanalyse*. Introduction à la connaissance des rythmes. Paris : Syllepse, 1992.

LEFEBVRE, Henri. *Le retour de la dialectique*. 12 mots-clefs pour le monde moderne. Paris : Messidor/Éditions Sociales, 1986.

LEFEBVRE, Henri. *Posição: contra os tecnocratas*. São Paulo: Documentos, 1969 [1967].

LENCIONI, Sandra. Metropolização do espaço e a constituição de megarregiões. In: FERREIRA, Álvaro; RUA, João; MATTOS, Regina Célia de. (org.) *Desafios da metropolização do espaço*. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

LOURAU, René. *L'État-inconscient*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1978.

MARTINS, Flávia Elaine da Silva. *A (re)produção social da escala metropolitana: um estudo sobre a abertura de capitais nas incorporadoras e sobre o endividamento imobiliário urbano em São Paulo*. 2010. 202 p. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

MARX, Karl. *Grundrisse*. Manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

MARX, Karl. *O Capital*. Crítica da Economia Política. (3 volumes, 5 tomos). São Paulo: Abril Cultural, 1983 [1867; 1885; 1894].

SMITH, Neil. Contornos de uma política especializada: veículos dos sem-teto e produção de escala geográfica. In: ARANTES, Antônio A. (org.). *O espaço da diferença*. Campinas, SP: Papyrus, 2000.

Recebido em 03 de dezembro de 2016.

Aceito em 16 de dezembro de 2016.